

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Edição 168

16 de setembro de 2015

Comarca de Pomerode amplia área e serviços e homenageia des. Victor Ferreira

A comarca de Pomerode, que completará 50 anos de instalação em 2016, recebeu três “presentes” antecipados. Na semana passada, sob o comando do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, foram inauguradas as obras de reforma e ampliação que mais que dobraram sua área física – que passou de 700 para 1.600 m², e instaladas sua 2ª Vara e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

Este último, recebeu a denominação de Cejusc “Desembargador Victor José Sebem Ferreira”, em homenagem ao magistrado falecido em 2014 e que se destacou como entusiasta dos meios alternativos de resolução de conflitos. Familiares de Ferreira, foram agraciados com placas alusivas. A diretora do foro, juíza Iraci Schiochett, foi só agradecimentos em seu discurso. “A comarca hoje está

em festa”, resumiu.

A nova unidade assumirá parte do acervo de 12 mil processos da até então vara única e inicialmente terá à frente o juiz Orlando Luiz Zanon Júnior, da comarca de Indaial. Em breve, o magistrado Bernardo Ern deve assumir a titularidade. Cerca de 45% dos processos já tramitam em meio eletrônico.

O presidente reiterou a priorização da justiça de 1º Grau em sua gestão. “Investimos em Pomerode, tanto na área física quanta em novos serviços, na expectativa de prestar um atendimento de qualidade aos seus cidadãos”, afirmou. O magistrado destacou a importância de valorizar os recursos públicos, ao aplicá-los em benefício da sociedade.

O ato teve a presença do corregedor-geral de Justiça, des. Luiz Cezar Medeiros; do coordenador estadual dos Juizados Especiais e dos Programas

Alternativos de Solução de Conflitos, des. Jaime Ramos; da subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos, juíza de 2º grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, do coordenador de magistrados, juiz Marcelo Pizolati; e do assessor especial da presidência, juiz André Happke.



Parceria entre Tribunal e Unifebe garante unidade do Cejusc na comarca de Brusque

Uma parceria entre Tribunal de Justiça e o Centro Universitário de Brusque (Unifebe) permitiu a instalação de uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) naquela comarca do Vale do Itajaí. Ela foi inaugurada na semana passada e funcionará nas novas dependências do Núcleo de Prática Jurídica daquela universidade, no bairro Santa Terezinha, sob a coordenação da juíza Camila Coelho, atual titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Brusque.

“Em um cenário cinzento em que nosso estado registra 2,7 milhões de processos para 6 milhões de habitantes, a proliferação de Cejusc representa uma luz no final do túnel, esperança de substituir a atual cultura do litígio pela cultura da conciliação”, exortou

o desembargador Jaime Ramos, coordenador estadual dos Juizados Especiais e dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos.

Segundo o professor José Carlos Schmidt, diretor do curso de Direito da Unifebe, o Cejusc e o setor de atendimento assistencial vão compor a estrutura do remodelado Núcleo de

Prática Jurídica, o que considera de grande extensão institucional. “Temos aqui a associação dos conteúdos teóricos e práticos à prestação de serviços comunitários”, definiu.

A unidade contará com recepção, dois escritórios de atendimento e uma sala de conciliação e de mediação familiar pré-processuais. Vai dispor também de uma brinquedoteca para entreter as crianças que acompanharem seus pais em audiências na área de família. O presidente do TJ, desembargador Nelson Schaefer Martins, visitou as dependências e aprovou o que viu. “Temos uma estrutura muito boa aqui, prova de que temos que buscar sempre que possível novas parcerias para garantir a expansão de nossos serviços”, comentou.



CORREGEDORIA LANÇA MANUAL DE TRANSMISSÃO DE ACERVOS PARA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

VEREDICTO

16/09/2015



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

A Corregedoria-Geral da Justiça lançou na semana passada, a nova edição do Manual de Transmissão de Acervos, ferramenta virtual interativa que tem por objetivo auxiliar os diretores dos fóruns a repassar as informações dos cartórios extrajudiciais para os novos delegatários das serventias – 247 delas serão ocupadas pelos candidatos aprovados no recém-concluído concurso para ingresso na atividade notarial e de registro de Santa Catarina.

O trabalho foi realizado em parceria da CGJ, através do seu Núcleo IV, com 1ª Vice-Presidência, e a Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI). Através de login e senha, será possível obter as informações necessárias para a administração cartorária, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça para

o setor, além de dados específicos sobre nível de produtividade, número de atos praticados e a arrecadação de emolumentos em cada uma das serventias. O juiz-corregedor Luiz Henrique Bonatelli, responsável pelo Núcleo IV da CGJ, comandou o processo.

Nesta segunda edição - a primeira saiu em 2010 - foram feitas atualizações, assim como a inclusão de novas informações, com a utilização de uma linguagem mais simplificada e uma nova identidade visual. O manual, entre outras vantagens, vai acelerar e facilitar a transmissão do acervo dos cartórios extra-judiciais pelos diretores dos foros, sem a necessidade de envolvimento maior da CGJ, com economia de tempo e de recursos humanos.

A solenidade contou com a presença do 1º vice-presidente do TJ, desembargador Torres Marques; do corregedor-geral de Justiça, desembargador Luiz Cezar Medeiros; e do vice-corregedor-geral de Justiça, desembargador Ricardo Orofino Fontes; além de assessores e técnicos envolvidos em todo o processo de elaboração do manual.



Nova gestão do Conselho da Comunidade da Capital quer solução para sistema prisional

A nova diretoria do Conselho da Comunidade da Capital foi empossada na última semana, na sede do Tribunal de Justiça em ato prestigiado pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Luiz Cezar Medeiros e comandado pelo juiz Luis Francisco Delpizzo Miranda, da Vara de Execuções Penais da comarca da Capital, e pelo juiz-corregedor Alexandre Takaschima. José Henrique Aguiar, da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados assumiu como presidente. "Nossa entidade atuará com autonomia, porém não se restringirá a criticar ações governamentais mas sim apontar condutas práticas em

busca de soluções para o sistema prisional", garantiu Aguiar. O corregedor-geral, destacou seu contentamento no fato de segmento importante da sociedade expressar preocupação em obter melhorias na área de execução penal.

"Precisamos trabalhar em conjunto para garantir que não retornemos aos tempos das masmorras e das reprimendas corporais", exortou Medeiros. O juiz-corregedor Takaschima acredita que o conselho precisa se reinventar e voltar as atenções não só para as atuais condições para cumprimento das penas como também para quando o apenado encara a porta de saída e não

encontra muitas opções. Com seu trabalho, o Núcleo elevou de 40 para 93% o índice de conselhos em comarcas sedes de unidades prisionais. O objetivo é alcançar 100% de cobertura.



Especialização do Tribunal do Júri resulta em redução de homicídios na Capital

A especialização de uma unidade jurisdicional na Capital para julgar exclusivamente os crimes dolosos contra a vida é o principal motivo para a redução do número de homicídios na região - fato atestado pelas estatísticas dos órgãos de segurança. A constatação é do juiz Paulo Marcos de Farias, da Vara do Tribunal do Juri da comarca de Florianópolis, apontada pelo Conselho Nacional de Justiça a unidade com a menor taxa de congestionamento do país em 2014.

Para o juiz, o sucesso está na especialização. "Tais índices estão sendo alcançados graças à criação da Vara com competência exclusiva para julgar os crimes contra a vida, tentados ou consumados, submetidos ao julgamento pelo Tribunal Popular", explicou. O maior número de casos é de homicídio. De 100 júris, apenas um deles é de natureza diversa, como infanticídio - mãe que mata o filho em estado puerperal após o parto, induzimento e auxílio ao suicídio ou aborto.



Museu do Judiciário recebe exposição com tema indígena durante o mês de setembro.